

BRIDGES NETWORK

PONTES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável

VOLUME 10, NÚMERO 10 - DEZEMBRO 2014



Integração regional: sinal fechado para a migração?

MIGRAÇÃO

Comércio e migração: a experiência do NAFTA e suas implicações

INTEGRAÇÃO

Argentina e Brasil: ausência de uma agenda convergente

COMPETITIVIDADE

Lições do desempenho das exportações brasileiras no mercado argentino



International Centre for Trade
and Sustainable Development

PONTES

VOLUME 10, NÚMERO 10 - DEZEMBRO 2014

PONTES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável em língua portuguesa.

ICTSD

International Centre for Trade and Sustainable Development

Genebra, Suíça

EDITOR EXECUTIVO

Ricardo Meléndez-Ortiz

EDITOR CHEFE

Andrew Crosby

EQUIPE EDITORIAL

Manuela Trindade Viana

Bruno Varella Miranda

Fernando Marques

CONSULTORA EDITORIAL

Michelle Ratton Sanchez Badin

DESIGN GRÁFICO

Flarvet

LAYOUT

Oleg Smerdov

Se deseja contatar a equipe editorial do Pontes, escreva para: pontes@ictsd.ch

O PONTES recebe com satisfação seus comentários e propostas de artigo. O guia editorial pode ser solicitado junto à nossa equipe.

MIGRAÇÃO

- 4 **Comércio e migração: a experiência do NAFTA e suas implicações**

Philip Martin

DESENVOLVIMENTO

- 9 **Migração internacional e integração regional: o caso da América do Sul**

Cristián Doña Reveco

MIGRAÇÃO

- 13 **A experiência do Mercosul em matéria de migrações**

Camila B. F. Baraldi

INTEGRAÇÃO

- 17 **Argentina e Brasil: ausência de uma agenda convergente**

Dante Sica

COMPETITIVIDADE

- 21 **Lições do desempenho das exportações brasileiras no mercado argentino**

Honorio Kume

- 25 **Informações úteis**

- 26 **Publicações**

Globalização e seus limites



Poucos termos foram mais usados nas últimas três décadas que "globalização". Devido à capacidade de resumir complexos processos nessa única palavra, boa parte das transformações observadas no relacionamento entre sociedades é explicada por argumentos que, de alguma forma, empregam o referido termo. Curiosamente, no entanto, a onipresença da palavra "globalização" nas descrições do mundo contemporâneo é o principal esvaziador de seu conteúdo concreto. Entender a realidade da qual participamos, ou ao menos formular uma interpretação consistente para alguns de seus aspectos mais óbvios, exige a abertura dessa verdadeira "caixa preta" representada pelo termo.

Se analisar a "globalização" significa oferecer explicações aos processos que constituem essa palavra, também se coloca como fundamental indagar sobre os limites dela. Excelente exemplo é encontrado na mobilidade de seres humanos, uma das grandes demonstrações de nossa capacidade de expandir, cada vez mais, a escala de nossas interações. De que maneira a tal "globalização" ajuda a explicar o movimento de indivíduos ao redor do planeta? Qual a relação entre comércio e mobilidade de pessoas? Qual o papel de processos como a integração regional e a liberalização comercial na criação de facilidades ou dificuldades à migração?

O presente número do Pontes busca auxiliar você, prezado(a) leitor(a), a responder essas e outras perguntas. E, mais importante, a entender cada vez melhor aquilo que existe dentro das inúmeras "caixas pretas" que caracterizam a época em que vivemos.

O último Pontes do ano também abre espaço para análises sobre uma questão fundamental: as relações entre Argentina e Brasil, debate em que nos aprofundaremos em 2015. Percepção compartilhada em ambos os lados da fronteira considera que tal enredo, marcado inicialmente pelo otimismo, tem se desenvolvido em um estado de apatia mútua. Nas páginas que se seguem, possíveis explicações para tal desfecho são apresentadas, assim como as razões para que o Mercosul – projeto avaliado como promissor há mais de 20 anos – corra hoje o risco de ser descaracterizado.

Dezembro é um mês de celebrações, mas também de introspecção e reconhecimento. Sendo assim, gostaríamos de agradecer você, prezado(a) leitor(a), pela companhia em 2014. Queremos, ademais, convidá-lo a participar ativamente da construção de nossa publicação, seja escrevendo-nos um e-mail, ou deixando um comentário no [site do Pontes](#). Esperamos que, em 2015, o Pontes siga fazendo parte de suas leituras ou, quem sabe, que você publique suas ideias!

Esperamos que aprecie a leitura.

A Equipe Pontes

MIGRAÇÃO

Comércio e migração: a experiência do NAFTA e suas implicações

Philip Martin

Este artigo analisa os fluxos migratórios entre Canadá, Estados Unidos e México, intensificados após a assinatura do NAFTA, e relaciona suas características com as limitações da promessa de desenvolvimento via liberalização do fluxo de comércio e investimentos.

O livre comércio é a prática mais próxima de um “almoço grátis” em Economia. Os países que se especializam na produção e no comércio de bens nos quais possuem vantagens comparativas melhoram a alocação de seus recursos, além de alcançarem economias de escala (já que produzem para mercados maiores) e menores preços ao consumidor (devido ao incremento da concorrência entre as firmas). A maioria dos residentes dos países envolvidos no comércio extrai benefícios, embora as empresas e trabalhadores antes protegidos por tarifas possam ter prejuízos e registrar desemprego.

O Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA, sigla em inglês), que entrou em vigor entre Canadá, Estados Unidos e México em 1º de janeiro de 1994, foi o primeiro acordo de livre comércio (ALC) envolvendo países industrializados e em desenvolvimento. Canadá e Estados Unidos possuem um ALC desde 1989, mas a liberalização com o México apresentava características diferentes. No início dos anos 1990, o salário médio estadunidense era oito vezes maior do que o mexicano; a agricultura empregava um terço da população do México; e havia uma significativa migração – tanto legal quanto clandestina – deste país para os Estados Unidos.

No século XX, a relação entre esses dois países resumia-se a mexicanos migrando para os Estados Unidos em busca de trabalho. A orientação doméstica da política econômica do México, baseada em elevadas barreiras tarifárias e programas de substituição de importações, beneficiou trabalhadores de setores protegidos e concentrou a mão de obra mexicana na agricultura, onde a demanda por trabalho era sazonal. Assim, nos períodos 1917-1921 e 1942-1964, os governos dos dois países aproveitaram o grande contingente de agricultores mexicanos subempregados e lhes concederam emprego legalizado nos Estados Unidos.

O fim do segundo Programa Barcero, em 1964, coincidiu com a primeira exceção do governo mexicano à sua política de restrições à importação. A fim de prover empregos para ex-beneficiários do referido Programa, o governo mexicano autorizou a criação de empresas maquiladoras próximo à fronteira para a importação de componentes, montagem de produtos e reexportação de bens finais. O nível de valor agregado no México era tipicamente inferior a 10% em equipamentos eletrônicos (como televisores) e outros bens finais, o que refletia o menor salário relativo dos mexicanos.

O México alterou sua política econômica após a crise da dívida externa, nos anos 1980, e propôs a criação do NAFTA, em 1990. Esperava-se pouca controvérsia nas negociações do acordo. No entanto, Ross Perot, então candidato à Presidência dos Estados Unidos, recebeu aproximadamente 20% dos votos na eleição de 1992, após prever uma “grande drenagem” das vagas de emprego estadunidenses para o México. Dessa forma, os sindicatos dos Estados Unidos manifestaram sua oposição ao NAFTA – o qual, entretanto, foi aprovado por um Congresso de maioria democrata, a pedido do então presidente Bill Clinton, cujo lema era “competir, e não se retirar” do livre comércio.

Após duas décadas, alguns pontos foram consolidados. Primeiro, o NAFTA não resultou na drenagem dos empregos industriais estadunidenses para o México. Algumas manufaturas domésticas fecharam suas plantas nos Estados Unidos e abriram novas fábricas no país

Imigrantes mexicanos nos EUA (em milhões):**2,19**

1980

4,29

1990

9,17

2000

11,71

2010

Fonte: Censo dos EUA (2014)

vizinho. Porém, um número muito maior de firmas encerrou sua atividade nos Estados Unidos e passou a importar produtos da China.

Em segundo lugar, observou-se um surto migratório do México para os Estados Unidos, com o aumento dos fluxos de migrantes entre 1995 e 2007 – e o pico em 2000, quando em média 4.400 pessoas eram detidas por dia na fronteira. O NAFTA não foi a única razão para tal surto. A desvalorização do peso, a recessão econômica de 1995-1996, o forte crescimento do emprego nos Estados Unidos, a ineficiência na execução das leis estadunidenses de imigração, além do histórico relacionamento entre o setor rural do México e o mercado de trabalho estadunidense, contribuíram para que 800.000 mexicanos se mudassem a cada ano para os Estados Unidos. Muitos mexicanos não se estabeleceram nos Estados Unidos, mas atualmente 10% das 120 milhões pessoas nascidas no México vivem em território do país vizinho – a maioria de maneira ilegal.

Por fim, o México não foi capaz de usar a abertura do comércio e dos investimentos com Canadá e Estados Unidos para escapar da armadilha de renda média. O produto interno bruto (PIB) do México manteve-se 30% do produto estadunidense, tanto em 1990 quanto em 2012. Já seu PIB per capita – em torno de US\$ 10.000 a preços constantes de 2014 e US\$ 15.000 em paridade do poder de compra – não cresceu no mesmo ritmo que a renda em outros países de renda-média, por razões que variam desde o baixo crescimento da produtividade (pelo fato de metade dos mexicanos estarem empregados no setor informal) até os altos preços da baixa qualificação técnica, praticados por oligopólios educacionais no país.

NAFTA e migração: baixa qualificação

O propósito do NAFTA era a liberalização comercial e financeira, o que foi alcançado. Canadá e México são os dois principais parceiros comerciais dos Estados Unidos, e muitos setores, especialmente o automotivo, desenvolveram sistemas regionalizados de produção. Isso significa que as atividades produtivas se distribuem entre os três países, e tanto a manufatura de peças como as operações de montagem estão intimamente conectadas. A produção de automóveis é a vitrine para as promessas de comércio e investimento do NAFTA, uma vez que os automóveis que contêm ao menos 62,5% de componentes de origem estadunidense podem ser vendidos livremente nos três países. O México, onde o custo trabalhista na produção automobilística é 60% menor que nos Estados Unidos, tornou-se o 8º maior produtor e o 4º maior exportador de veículos do mundo. Automóveis e autopeças respondem por 20% da produção de manufaturados no México.

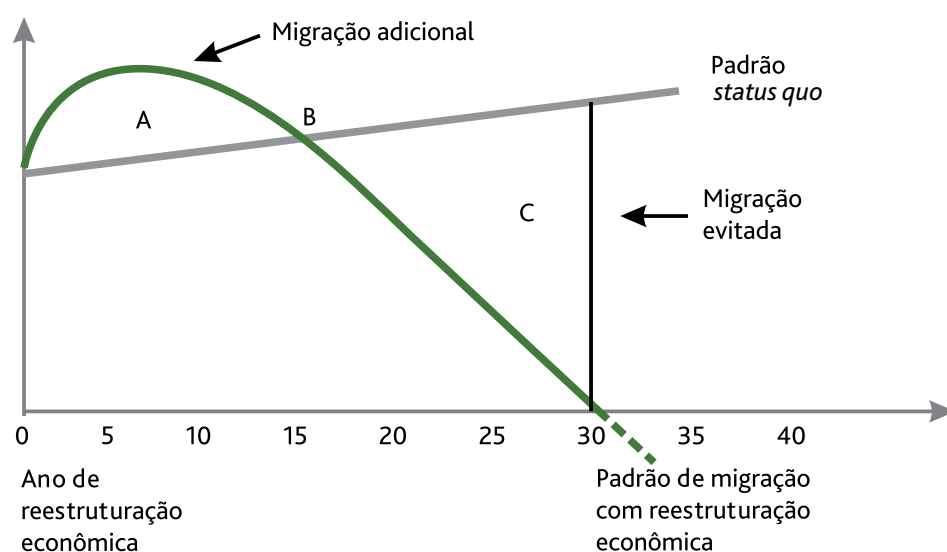
A migração aumentou junto com o comércio. Quando o NAFTA entrou em vigor em 1994, cerca de 30% dos mexicanos estavam empregados na agricultura, e o milho era a principal cultura de mais da metade dos agricultores mexicanos. O estado de Iowa, nos Estados Unidos, líder na produção de milho, produzia o dobro do volume pela metade do preço do milho mexicano. O programa rural antipobreza do governo mexicano estabelecia um preço mínimo maior que o internacional para o milho, o que beneficiou primeiramente os grandes fazendeiros que produziam excedentes para o comércio – e não os pequenos agricultores, predominantes no cenário da pobreza rural no México.

O propósito do NAFTA era a liberalização comercial e financeira, o que foi alcançado. Canadá e México são os dois principais parceiros comerciais dos Estados Unidos, e muitos setores, especialmente o automotivo, desenvolveram sistemas regionalizados de produção.

Os dispositivos de liberalização comercial do NAFTA forçaram o México a abrir o mercado de milho para importação, o que criou novos mercados para a exportação de produtores estadunidenses intensivos em capital e apressou a decadência dos produtores mexicanos intensivos em mão de obra. Os agricultores mexicanos não chegaram a perder suas terras, mas as importações baixaram o preço do milho suficientemente para baratear a produção subsidiada de tortillas industrializadas, que se tornaram acessíveis até para o agricultor de baixa renda. Historicamente, o México rural tem um relacionamento migratório de longo prazo com os Estados Unidos e, na medida em que o final dos anos 1990 registrou uma taxa de desemprego próxima dos 4% nos Estados Unidos, houve uma explosão migratória entre os dois países. A juventude rural mexicana daquela época possuía uma tendência particular em migração: as mulheres, para o interior do país; os homens, para os Estados Unidos.

Os efeitos da reestruturação econômica induzida pelo NAFTA – em particular no setor rural do México – estão ilustrados na Figura 1, que mostra o aumento da migração mexicana nos anos 1990 na área A. A migração mexicana aumentava por razões demográficas, uma vez que a mão de obra do país crescia na ordem de um milhão de pessoas ao ano, enquanto as vagas formais de trabalho eram de 350.000 ao ano – o que explica a linha crescente do status quo e do padrão autárquico de comércio. A liberalização do comércio e dos investimentos do NAFTA também impulsionou o crescimento da economia e do emprego, e alguns filhos de agricultores mexicanos, com maior nível de educação formal que seus pais, encontraram empregos em fábricas e negócios criados a partir do NAFTA. Isso explica por que a migração mexicana para os Estados Unidos começou a cair 15 anos após a assinatura do acordo – e espera-se que continue em queda mais acentuada. Desse modo, o NAFTA efetivamente “poupou” mais migração em C do que gerou em A.

Figura 1. O NAFTA e a migração México-Estados Unidos



A partir da concentração de um terço dos trabalhadores mexicanos envolvidos na atividade agrícola tradicional e ineficiente, transformada pela liberalização comercial, ocorreu um surto migratório. Este constitui tanto um argumento favorável como contrário ao NAFTA. De um lado, os sindicatos nos Estados Unidos apontaram o aumento da migração mexicana ilegal e a perda de vagas formais de trabalho como motivos para sua oposição ao bloco. De outro, o presidente Clinton argumentava, juntamente com diversos economistas, que o livre comércio e os investimentos foram os melhores instrumentos para estimular o crescimento da economia e do emprego no México, além de reduzir a migração mexicana indesejada para os Estados Unidos.

O NAFTA e a agricultura mexicana

1993

cerca de 8,1 milhões de empregos

2002

cerca de 6,8 milhões de empregos

NAFTA e a migração: alta qualificação

Entre os 22 capítulos que compõem o NAFTA, um deles, intitulado "Entrada Temporária para Propósitos de Negócios"¹, busca facilitar a entrada de executivos, comerciantes, investidores, expatriados corporativos e de profissionais como:

- turistas de negócios: aqueles que são pagos em seu país de residência;
- investidor: executivo que se muda para o país para se envolver na gestão de negócios ou investimentos;
- expatriado corporativo: executivo ou trabalhador com conhecimento específico que se muda para uma filial de multinacional para prestar serviços; e
- profissionais-NAFTA: pessoas que detêm, no mínimo, graduação universitária em mais de 70 ocupações² e que possuem uma oferta de trabalho de um empregador de algum país do NAFTA.

Os Estados Unidos constituem o principal destino do turismo de negócios relacionado ao NAFTA. Os primeiros três grupos de migrantes descritos podem ingressar nos Estados Unidos com vistos anteriores à vigência do Acordo. Assim, turistas de negócios utilizam o visto B-1, migrantes com tratamento preferencial (*treaty traders*) usam aqueles de tipo E-1 e E-2, e expatriados corporativos portam os vistos L-1 e L-2. O NAFTA estabeleceu um novo tipo de visto para sua categoria profissional, o "trade-NAFTA" (TN), que permite que empregadores estadunidenses ofereçam posições para canadenses e mexicanos, desde que detenham diplomas universitários e que preencham vagas com tais requisitos de escolaridade.

Contudo, existem procedimentos diferentes para a emissão de vistos TN entre canadenses e mexicanos. Os profissionais canadenses podem receber vistos TN de até três anos, em pontos de imigração estadunidenses, mediante a apresentação da oferta de trabalho do empregador dos Estados Unidos, além de um comprovante de escolaridade e confirmação de sua cidadania canadense.

Em contraste, os mexicanos devem emitir o visto TN apenas em consulados dos Estados Unidos localizados no México. Empregadores estadunidenses que buscam vistos TN para mexicanos devem preencher o mesmo Formulário de Condições de Trabalho (LCA, sigla em inglês) que é preenchido na busca de trabalhadores que se enquadrem no visto do tipo H-1B. Os mexicanos aprovados no LCA devem apresentar, no consulado, a proposta de trabalho do empregador estadunidense e o comprovante de escolaridade, para que obtenham um visto TN válido por três anos (que, desde 2008, pode ser estendido por mais um ano).

O número de profissionais do Canadá ingressando nos Estados Unidos por meio dos vistos NAFTA-TN quase quadruplicou entre 1995 e 2000, mas reduziu para menos de 60.000 anuais após o estouro da bolha das "ponto.com", entre 2003 e 2005. Recentemente, a contratação de canadenses portadores de vistos tipo TN aumentou para 70.000 ao ano, mas continua abaixo dos cerca de 90.000 profissionais registrados em 2000. O volume de mexicanos cresceu ainda mais rapidamente, mas a partir de uma base de comparação baixa, e duplicou entre 2006 e 2008 para aproximadamente 20.000 por ano.

A experiência do NAFTA mostra que a provisão de livre circulação de pessoas pode ser incluída em um ALC com salvaguardas para, por exemplo, limitar o ingresso dos portadores de diploma universitário em profissões específicas. Existe pouca controvérsia acerca da entrada e contratação de canadenses e mexicanos portadores de visto TN nos Estados Unidos, embora os canadenses reclamem que dependentes dos portadores não recebem autorização automática de trabalho em território dos Estados Unidos. Embora o movimento de estadunidenses com vistos TN para o Canadá e México tenha sido limitado, a expansão do ciclo do xisto betuminoso em Alberta recentemente contribuiu para o movimento de 35.000 trabalhadores estadunidenses em direção ao Canadá.

Conclusões

O livre comércio, a produção de bens e serviços em um país para o consumo em outro, é um caminho para acelerar o crescimento da economia e do emprego. A especialização produtiva e as economias de escala que emergem dessa prática podem elevar a produtividade, que é a melhor fonte para o crescimento da renda nos países.

A liberalização do comércio é controversa em muitos países, inclusive nos Estados Unidos, o primeiro país desenvolvido a assinar um ALC com um país em desenvolvimento – o NAFTA. A expectativa era de que a liberalização do comércio e as garantias para o investimento atrairiam investimentos estrangeiros e acelerariam a criação de empregos no México, o membro mais pobre do NAFTA – o que teria, como efeito secundário reduzir a migração para os Estados Unidos. Ao invés disso, ocorreu um surto migratório entre 1995 e 2007, com um pico em 2000. Grande parte dos migrantes mexicanos eram homens jovens com baixa qualificação, os quais haviam perdido seus empregos devido à chegada das *commodities* de baixo custo produzidas nos Estados Unidos.

O NAFTA aumentou o fluxo de comércio e investimento entre Canadá, México e Estados Unidos, mas a integração na região ocorreu de forma desigual. Alguns setores (como a manufatura automotiva) são bem integrados nos três países, enquanto outros (como a agricultura) constituem exemplos de como a exportação de milho dos Estados Unidos afetou a viabilidade dos pequenos produtores mexicanos. Alguns desses produtores encontraram outros empregos no México, inclusive na atividade agroexportadora, mas há uma percepção entre a juventude rural de que é necessário abandonar a agricultura para atingir o desenvolvimento. Aqueles com escolaridade secundária ainda conseguem empregos formais na crescente indústria de transformação e serviços do México, mas as pessoas com menos escolaridade são absorvidas pela economia informal, tanto mexicana quanto estadunidense.

O NAFTA traz três grandes lições. Primeira: a liberalização de comércio e investimentos induz o crescimento da economia e do emprego de forma indireta, com ajustes recessivos concentrados em setores mais desalinhados com preços e práticas globais anteriores ao processo de liberalização. Segunda: algumas das pessoas afetadas negativamente pelo livre comércio tendem a buscar, tanto dentro do país quanto fora, empregos e outras oportunidades de negócio. Terceira: os benefícios do livre comércio são difusos e muitas pessoas obtêm ganhos limitados, ao passo que os custos da liberalização são frequentemente concentrados, tal qual ocorre com o fechamento de indústrias pouco competitivas. Se aqueles prejudicados pelo livre comércio não são compensados adequadamente, como nos Estados Unidos, a tendência é que ocorra oposição a ALC aprovados e operantes.

❶ O capítulo 16 está disponível em: < <http://1.usa.gov/1ws0znpj> >.

❷ A lista de profissionais coberta pelo Apêndice 1603.D.1 do NAFTA está disponível em: < <http://1.usa.gov/1Ax2ciT> >.



Philip Martin

Professor da UC Davis.

E-mail: plmartin@ucdavis.edu

DESENVOLVIMENTO

Migração internacional e integração regional: o caso da América do Sul

Cristián Doña Reveco

O autor analisa o tratamento da migração em processos de integração sul-americanos e argumenta que, nestes, a regulação do tema ainda se apoia em marcos legais nacionais, dificultando que os migrantes contribuam para o desenvolvimento dos países de origem e destino.

Os últimos 25 anos caracterizaram-se, entre outras coisas, pelo aprofundamento dos processos de integração econômica, política e social em todo o mundo. Aos casos emblemáticos da União Europeia (UE) e do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA, sigla em inglês), é possível agregar, no âmbito sul-americano, as experiências da Comunidade Andina de Nações (CAN), do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e, mais recentemente, da União de Nações Sul-americanas (UNASUL).

Tais projetos de integração eram enxergados, na década de 1990, como necessários para que os países da região competissem em um mundo globalizado. Assim, em sua origem, tais processos apresentavam objetivos predominantemente comerciais e econômicos. Por meio da adoção de diversos tratados, instrumentos bilaterais e multilaterais de desgravação tarifária e facilitação do comércio, buscava-se aperfeiçoar a competição entre os países membros e destes com os integrantes de outros blocos regionais. Uma segunda etapa dos processos sul-americanos de integração ocorreu mediante a cooperação político-institucional.

Embora existam exemplos de institucionalidade migratória no marco dos processos de integração da América do Sul – como o Instrumento de Migração Laboral da Comunidade Andina –, a incorporação do tema migratório nos processos de integração tem sido limitada.

Migração e processos de integração

Os fluxos migratórios existentes integraram as zonas de origem e destino por meio da construção de comunidades, mesmo antes da assinatura formal dos processos de integração. A ideia de América Latina permite que, ultrapassadas tais fronteiras, os indivíduos se tornem, informal ou legalmente, estrangeiros, sem que para isso percam a herança cultural e histórica comum à América Latina. A partir disso é que os movimentos de migração intrarregionais se transformam na causa – mas também na consequência – dos processos de integração, aproximando os países de origem e destino.

Já em 1993, Lelio Marmora¹ sustentava que a migração entre os países da América Latina direcionou, historicamente, os avanços de integração cultural e econômica do continente. Contudo, os mercados regionais, uma vez constituídos como resposta à globalização, passaram a colocar os objetivos econômicos no centro de sua agenda, relegando a integração cultural ou social a segundo plano. Isso torna o processo incompleto, uma vez que administrar, facilitar e permitir a migração, tanto laboral quanto estudantil, harmoniza os mercados de trabalho, aumenta e aperfeiçoa a produtividade da região, além de potencializar o desenvolvimento humano na América do Sul.

Migração e desenvolvimento

A dificuldade de obter um consenso político e científico sobre os benefícios da migração para o desenvolvimento pode ser, em parte, compreendida pela inexistência de uma clara caracterização desses migrantes, bem como pelo confinamento do conceito de desenvolvimento a variáveis econômicas.

Migração entre países sul-americanos (2000-2010)

700 mil

pessoas

500 mil

pessoas com destino à Argentina

Fonte: Organização Internacional para Migração

Antes de tudo, é necessário conhecer a magnitude das migrações na América do Sul. Os dados disponíveis do último censo (2010) indicam que aproximadamente 63% dos imigrantes da América Latina provêm de países da região, o que chega a 3,7 milhões de pessoas. No caso sul-americano, essa tendência é observada em todos os países, exceto no Brasil.

Além disso, para cinco dos seis países sul-americanos que realizaram o censo ainda nesta década (Argentina, Bolívia, Equador, Uruguai e Venezuela), o principal país de origem de seus imigrantes é um país fronteiriço². Isso corrobora a ideia de que a integração regional e a migração constituem fenômenos fortemente relacionados, mesmo que não sejam definidos os tipos de migrantes que cada país recebe. Ainda, cabe considerar que diferentes motivações migratórias apontam para a necessidade de políticas de integração distintas.

Na América do Sul, as políticas migratórias adotadas concentram-se nos migrantes laborais, caracterizados, em sua maioria, pela baixa qualificação – embora não haja estatísticas para toda a região. Em segundo lugar, destaca-se a migração de executivos ou investidores corporativos, que passaram a investir ou ocupar posições de alta gerência em países da região. Um terceiro grupo é formado por estudantes que migram para aproveitar custos menores de instrução ou para gozar de bolsas de estudo de pós-graduação. Apesar de muito pouco analisado, esse grupo é crucial para o futuro da integração regional. Cabe indagar se tais processos migratórios são duradouros ou se constituem uma reação a um contexto específico. Por fim, um quarto grupo é composto pelos refugiados. A Colômbia responde por ampla parcela dos fluxos migratórios dessa natureza, mas outros países da região experimentaram processos similares.

Mas, afinal, qual a influência das migrações sobre o desenvolvimento local, nacional e regional? A resposta a essa indagação deve partir de duas perspectivas: o país de origem e de destino. Não existe, na literatura, um consenso quanto ao impacto do migrante sobre o desenvolvimento de seu país de origem. No entanto, é possível argumentar que as remessas dos migrantes exercem um efeito multiplicador na economia, seja para consumo ou investimento; e, muitas vezes, correspondem à única fonte de renda da família do migrante. Outro efeito positivo sobre os países de origem está relacionado aos estudantes que realizam a pós-graduação em outra nação sul-americana e, então, regressam a seu país de origem. Sob a perspectiva do país de destino, a literatura indica que, em geral, os migrantes são portadores de novas ideias, criam novos negócios e participam ativamente do desenvolvimento local e nacional.

Apesar dos benefícios intrínsecos dos processos de migração, sua incorporação e participação nas sociedades de origem e destino dependem de políticas migratórias nos dois locais e como tais políticas são compatíveis com o país e a região. Como veremos, os atuais processos de integração não possuem políticas que permitam o aproveitamento da integração ou do regresso desses migrantes.

Entre a invisibilidade e propostas grandiosas

A experiência de outros processos de integração sugere que políticas claras e bem definidas sobre mobilidade populacional entre países associados são cruciais para a administração efetiva dos fluxos migratórios, mesmo que o compromisso seja assumido

Os países da região participam de processos de integração extrarregionais, como no caso de Peru e Chile, com o Fórum APEC. Essa sobreposição dificulta a consolidação de um entendimento homogêneo sobre migração e, por conseguinte, de políticas claras nessa seara.

Pedidos de residência aprovados pela Argentina em 2006**86.509**

Bolívia

177.593

Paraguai

Fonte: Ministério do Interior da Argentina

por países com diferentes níveis de desenvolvimento. Além disso, na América do Sul, coexistem diversos processos de integração econômica e política: o Mercosul e a CAN são projetos eminentemente econômicos de integração, ao passo que a UNASUL é melhor caracterizada como um projeto político. Também, os países da região participam de processos de integração extrarregionais, como no caso de Peru e Chile, com o Fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC, sigla em inglês). Essa sobreposição dificulta a consolidação de um entendimento homogêneo sobre migração e, por conseguinte, de políticas claras nessa seara.

Desde o início da década passada, a Conferência Sul-americana sobre Migrações (CSM) possibilita a coordenação de países da região em temas migratórios por meio do Processo de Consulta Regional. No entanto, trata-se de um órgão consultivo, e suas decisões não são vinculantes. De todo modo, a Conferência contribui para aumentar a visibilidade política do tema da migração na América do Sul.

Nesse sentido, os processos de integração política desenvolveram acordos-marco sobre a livre mobilidade de seus cidadãos no interior dos respectivos blocos. Em 2002, por exemplo, o Mercosul firmou o Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul, Bolívia e Chile, que permite aos cidadãos dos países signatários residir temporariamente em outra Parte do acordo sem necessidade de visto. Colômbia, Equador e Peru também assinaram o referido acordo em um momento posterior. Em 2012, a UNASUL aprovou³ o início do processo de constituição de uma cidadania sul-americana, o qual ainda se encontra em desenvolvimento. Finalmente, no marco do processo ampliado da XVI Cúpula Ibero-americana (2006), os países da região assinaram o Compromisso de Montevideu sobre Migrações⁴, no qual se comprometem a proteger os direitos humanos dos migrantes e de suas famílias, bem como administrar de maneira positiva os processos migratórios. Esse documento foi referendado, em 2013, pelo Consenso de Montevideu sobre População e Desenvolvimento⁵.

O problema principal é que nenhum dos acordos regionais ou subregionais determina a livre mobilidade laboral ou estudantil. Por exemplo, no caso do Acordo sobre Residência do Mercosul⁶, são estabelecidos direitos trabalhistas em igualdade de condições, ao mesmo tempo em que persiste a concepção de trabalhador ilegal. Isso significa que o acordo permite apenas a residência, de modo que a legalidade de qualquer outra atividade obedece a um processo administrativo distinto (solicitar um visto de trabalho ou de estudo, por exemplo). Ou seja, ainda que estudantes, trabalhadores e outros possam ingressar no território dos países que compõem o acordo, não podem exercer suas atividades. Isso indica que, apesar de existir vontade política dos países da região com o tema da migração, este permanece essencialmente como objeto da política nacional, e não como um componente da integração regional.

Considerações finais

É possível argumentar que a UE passou por um processo de aprofundamento ao contemplar a livre circulação de pessoas, por meio do Acordo de Schengen e de programas de intercâmbio estudantil, como o Erasmus Mundus.

Na América do Sul, as decisões foram tomadas, mas o problema reside em sua adoção no âmbito doméstico. Apesar de terem assinado o Consenso de Montevideu, por exemplo, Venezuela e Brasil não ratificaram a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias. Ademais, na maioria dos países da região, as legislações migratórias não respondem às novas características dos fenômenos migratórios regionais e internacionais, o que impede que os migrantes usufruam da proteção de seus direitos no espaço sul-americano, bem como de que participem ativamente do desenvolvimento dos países a que se destinam.

Portanto, para atingir os objetivos da cidadania sul-americana, é necessário incorporar de maneira ativa os migrantes aos processos de integração, atualizando e integrando as políticas nacionais nessa matéria ao espaço de integração regional. Também, é necessário propiciar políticas específicas para grupos específicos – sejam refugiados, estudantes

ou trabalhadores –, de modo que estes possam contribuir tanto aos países de origem como àqueles de destino. Nesse sentido, “não é possível nenhuma integração real, por mais exitosa que seja do ponto de vista econômico, se ela não for acompanhada de uma integração humana”⁷.

❶ Ver: Marmora, Lelio. Las migraciones en el proceso de integracion de las Americas. In: *Estudios Migratorios Latinoamericanos*. vol. 8, n. 23, 1993, pp. 85-92.

❷ Disponível em: <<http://bit.ly/1wfseZ3>>. Mesmo sem dados censitários disponíveis, é possível agregar o Chile a esse grupo. Ver: Doña Reveco, Cristián; Mullan, Brendan. Migration Policy and Development in Chile. In: *International Migration*, vol. 52, n. 5, 2014, pp. 1-14.

❸ Decisão 08/2012 da UNASUL. Disponível em: <<http://bit.ly/1A9e7FF>>.

❹ Disponível em: <<http://bit.ly/137XnBT>>.

❺ Disponível em: <<http://bit.ly/1BWJKEB>>.

❻ Disponível em: <<http://bit.ly/1z1T88O>>.

❼ Ver: Marmora, Lelio; Cassarino, M. La Variable Migratoria en el MERCOSUR. In: *Revista de la OIM sobre Migraciones Internacionales en América Latina*. vol. 17, n. 1, 1999.



Cristián Doña Reveco

Professor visitante do Center for Integrative Studies in Social Sciences da Michigan State University.

MIGRAÇÃO

A experiência do Mercosul em matéria de migrações

Camila B. F. Baraldi

Ao analisar a regulação da migração no Mercosul, a autora sustenta que esse processo tem sido impulsionado a partir de baixo. Considerando que as reivindicações dos imigrantes têm se concentrado na expansão da garantia de direitos nos países de residência, o artigo discute os principais obstáculos a esse objetivo.

No âmbito da regulação sobre as migrações na América do Sul, a normativa do Mercado Comum do Sul (Mercosul) é certamente uma das mais relevantes. Desde 2009, estão vigentes os Acordos sobre Residência para os nacionais dos membros do Mercosul, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru. Em razão desses Acordos, para solicitação de residência no território dos Estados signatários, é necessária somente a apresentação de um documento de identificação; de certificado e declaração de ausência de antecedentes criminais e pagamento de taxas (art. 4).

Além da redução de requisitos e do número de documentos exigidos, os imigrantes podem fazer o requerimento de residência tanto em uma representação consular do Brasil no seu país de origem quanto diretamente à autoridade migratória brasileira quando já presentes no território nacional. No último caso, o pedido de residência independe da condição migratória do requerente quando entrou no país, e há isenção de multas ou outras sanções administrativas. O pedido feito com base no acordo do Mercosul dá direito a uma residência temporária de dois anos, que pode ser transformada em permanente mediante a comprovação de meios de subsistência lícitos (art. 5, d).

O Acordo de Residência foi aprovado em 2002, na Reunião de Ministros de Interior do Mercosul. Em 2004 – e também fruto do processo de construção do Acordo –, foi criado o Foro Especializado Migratório (FEM). Nesse período, a Argentina estava em plena transformação de sua legislação migratória (Lei No. 25.871/2004), paradigmática na garantia dos direitos humanos dos migrantes¹. Em 15 de agosto de 2005, o Brasil também firmou, por troca de notas, o Acordo sobre Regularização Migratória com a Bolívia. A vigência estabelecida era de um ano, mas o Acordo foi renovado em 2006, 2007 e 2008.

No Mercosul, à proposta do Brasil de uma espécie de anistia migratória para os nacionais do bloco por seis meses, a Argentina respondeu com uma contraproposta, de “anistia permanente” ou “canal de regularização permanente” – a qual foi finalmente aceita por Brasil, Uruguai e Paraguai, este último com certa resistência². No entanto, foram necessários sete anos para que os Acordos entrassem em vigor, em respeito à regra de consenso para a tomada de decisões no bloco e à necessidade de internalização das normativas.

A pouca visibilidade e atenção dadas a essa normativa do Mercosul são inversamente proporcionais a seu impacto entre os imigrantes. “Mercosul” tornou-se uma palavra recorrente na boca de bolivianos, paraguaios e peruanos, constituintes de algumas das maiores comunidades de imigrantes no Brasil atualmente.

Todavia, muitos desafios ainda persistem. Há imigrantes dos países signatários do Acordo de Residência do Mercosul que permanecem sem documentos. Muitos continuam submetidos à exploração laboral e enfrentam dificuldades no acesso a diversos direitos no Brasil³. Tais problemas estão relacionados à execução dos serviços públicos como em saúde e educação, mas também a limitações jurídicas.

Exemplo disso são as exigências para o reconhecimento de títulos e diplomas⁴, tema muito trabalhado e discutido no âmbito do Mercosul – e uma questão central para o desenvolvimento da vida e do trabalho do imigrante. Até o momento, o máximo avanço

Países signatários do
Acordo sobre Residência

Argentina

Bolívia

Brasil

Chile

Colômbia

Equador

Paraguai

Peru

Uruguai

obtido foi a aprovação do "Acordo de admissão de títulos e graus universitários para o exercício de atividades acadêmicas nos Estados Partes do Mercosul" (Decisão CMC 04/99), que se aplica somente a fins de docência temporária e pesquisa. Em todos os outros casos, os profissionais do Mercosul continuam submetidos à burocracia da revalidação dos diplomas⁶.

Da mesma forma, houve poucos avanços em termos de coordenação de sistemas de formação, certificação, políticas públicas em geral de promoção do potencial da livre circulação de trabalhadores. Apenas em 2013 foi aprovado o Plano para facilitar a circulação de Trabalhadores no Mercosul (Resolução GMC 11) e atualmente ainda se busca tornar efetivo o funcionamento de um Observatório do Mercado de Trabalho do Mercosul (OMTM).

Em dezembro de 2010, a Decisão 64 do Conselho do Mercado Comum (CMC) estabeleceu "um plano de ação para a conformação progressiva de um Estatuto de Cidadania do Mercosul", que deve ser implementado até 2020. Seus objetivos gerais são: a) implementação de uma política de livre circulação de pessoas na região; b) igualdade de direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicas para os nacionais dos membros do Mercosul; e c) igualdade de condições para acesso ao trabalho, saúde e educação. Para tal, o plano de ação prevê a adoção de medidas em onze eixos: i) circulação de pessoas; ii) fronteiras; iii) identificação; iv) documentação e cooperação consular; v) trabalho e emprego; vi) previdência social; vii) educação; viii) transporte; ix) comunicações; x) defesa do consumidor; e xi) direitos políticos.

Passados já quatro anos dos dez previstos para sua implementação, houve poucos avanços normativos e institucionais, como se verifica pelas atas das reuniões do CMC. Em 2009, no entanto, o Mercosul passou a contar com o Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do Mercosul (IPPDH), cujas funções incluem a cooperação técnica, a pesquisa, atividades de formação e o apoio à coordenação de políticas regionais em direitos humanos. No tema das migrações, o IPPDH elaborou, em 2011, a solicitação de uma Opinião Consultiva à Corte Interamericana de Direitos Humanos, apresentada pelos membros do Mercosul a respeito dos direitos das crianças imigrantes em 6 de abril de 2011, além de realizar um diagnóstico sobre a situação da proteção a estas nos países membros⁶.

Em 2010, foi criada a Unidade de Participação Social, com a principal função de atuar como um canal de diálogo do Mercosul com a sociedade e os movimentos (art. 4, Decisão CMC 65) e, no ano seguinte, foi aprovado, por meio da Decisão CMC 12/2011, o Plano Estratégico de Ação Social do Mercosul (PEAS). Em seu Eixo II, "Garantir os direitos humanos, a assistência humanitária e a igualdade étnica, racial e de gênero", o PEAS estabelece a Diretriz 4: "Garantir que a livre circulação no Mercosul seja acompanhada do pleno gozo dos direitos humanos", cujo objetivo prioritário é: Articular e implementar políticas públicas voltadas a promover o respeito aos direitos humanos e a plena integração dos migrantes e proteção aos refugiados" (Decisão CMC 12/2011). Nota-se, portanto, que os temas políticos e sociais ganharam espaço nos órgãos do Mercosul, mas ainda há muito por se efetivar.

Visto que o Mercosul é um bloco eminentemente intergovernamental, as reivindicações dos imigrantes na América do Sul não caminham tanto na direção da participação na institucionalidade do Mercosul, que carece de aprimoramentos diversos e de uma maior transparência para se tornar inteligível e acessível à sociedade civil⁷. As demandas visam à expansão da garantia de direitos nos países de residência, à ampliação dos destinatários da residência do Mercosul e a seu aprofundamento. A solicitação de extinção da fase provisória da residência é exemplo disso. No mesmo sentido está a demanda pela efetivação da igualdade de direitos com os nacionais, que se estende da utilização dos mesmos serviços de identificação dos brasileiros – com os mesmos prazos – ao direito ao voto nas eleições do país.

Principais nacionalidades
trabalhando no Brasil com
vínculo formal (2013)

14.579

Haitianos

12.572

Portugueses

9.478

Bolivianos

9.089

Argentinos

8.550

Paraguaios

Fonte: MTE, 2013.

A implementação de tais reivindicações em todos os países do continente configuraria de fato uma cidadania sul-americana, sem elucubrações a respeito da necessidade de uma união política, como ocorreu na União Europeia (UE). Assim, a cidadania regional sul-americana contempla o paradigma da mobilidade em contraposição ao paradigma do interesse nacional nas políticas migratórias. No entanto, existem contradições. Pode-se falar de construção de uma livre residência, mas os controles fronteiriços ainda são colocados como relevantes e se encontram em fortalecimento.

O Plano estratégico de Fronteiras, instituído pelo Decreto 7.496/2011, e a Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras trabalham com a lógica da fronteira como local privilegiado para o cometimento de crimes. Mesmo no Mercosul, onde esses temas são contemplados em diferentes grupos de trabalho, há relatos de que o Foro Especializado Migratório (FEM) foi provocado pelo Foro Especializado de Terrorismo e Controle, que pediu a incorporação de temas relativos a crimes na pauta migratória. A estratégia para o enfrentamento dos crimes passa pela ideia de conter a ameaça, apesar da imensidão das fronteiras brasileiras e da insuficiência de recursos disponíveis para tanto. Nesse âmbito, o discurso integracionista ainda é fraco e a mobilidade de pessoas é associada a todos os tipos de crimes cometidos na fronteira, não somente o tráfico de pessoas, mas de armas e drogas.

Na perspectiva da integração e do paradigma da mobilidade, a fronteira deve ser um lugar de trocas e de afirmação do valor da diversidade. A construção da cidadania sul-americana a partir do Acordo de Residência pode ser um horizonte para os movimentos. Os princípios que a inspiram, a apropriação e a prática da cidadania desde baixo devem orientá-la para que não se torne excludente com quem vem de fora do continente, sob o risco de perder coerência e legitimidade. O reconhecimento do paradigma da mobilidade e do caráter transnacional dos espaços criados pelos imigrantes devem ser articulados com a ideia de integração regional.

Diz-se da América Latina que o continente é pródigo em discursos, mas pouco comprometido em colocá-los em prática. No caso da cidadania sul-americana, no entanto, os Acordos de Residência representam uma medida efetiva, implementada ainda antes da construção de um discurso claro e consistente sobre o tema e, em certa medida, até hoje seus efeitos não foram completamente apreendidos. O que já se escreveu sobre os Acordos não é capaz de registrar a transformação que promoveram junto às comunidades migrantes. Apenas a vivência prática pode apontar para esse dado⁹. Desde a entrada em vigor dos Acordos, o processo tem sido impulsionado a partir de baixo, sem sistematização e ainda sem um nome para o que se quer construir.

Muita tinta já foi usada para analisar a estagnação do Mercosul. De fato, é necessário mais apreço pelo cumprimento de prazos e continuidade às decisões tomadas, bem como pelo planejamento mais realista e reconhecimento (ou clareza) dos obstáculos que precisam ser superados para atingir os objetivos estabelecidos. No entanto, há relativo consenso de que a inspiração liberalizante do Tratado de Assunção não está mais presente na estratégia dos Estados-membros – em especial, dos sócios maiores: Brasil e Argentina.

Desde os anos 2000, o projeto de integração passou por uma redefinição ou, minimamente, uma reinterpretação não-formal. A partir disso, passou-se a enfatizar as dimensões sociais, políticas e de participação da sociedade civil no processo de integração. Segundo essa nova visão de integração (chamada "pós-liberal"), a região é vista como um espaço de interdependência, onde é possível construir uma identidade comum¹⁰, que vai além do estabelecimento de preferências comerciais e deve incluir o enfrentamento das assimetrias entre os países e a exclusão política e econômica de amplos segmentos da população. Da consciência da interdependência, das fronteiras vivas e porosas, decorre a consciência da necessidade de prosperar conjuntamente, em contraposição às propostas de securitização de fronteiras ainda presentes em setores do governo brasileiro.

Assim, a questão que se coloca é: de que integração estamos falando? O modelo do regionalismo aberto e a aposta no livre comércio na América do Sul já mostraram-se incapazes de atender aos objetivos de desenvolvimento buscados há décadas pela região. Por sua vez, na Europa, a política para as migrações – restritiva e seletiva – tem colocado em xeque os próprios princípios humanistas que estão na sua origem, no pós-guerra¹⁰. Haveria um outro modelo a ser proposto? Uma integração dos povos, promovida desde baixo? A aproximação criada entre os países e as populações sul-americanas a partir do Mercosul é algo nunca antes visto, e as trocas que surgirão a partir das migrações intrarregionais carregam um potencial riquíssimo para a região, ainda pouco considerado.

- ❶ Ver: Alfonso, Adriana. Integración y Migraciones. El tratamiento de la variable migratoria en el MERCOSUR y su incidencia en la política argentina. In: *OIM - Cuadernos Migratorios*, No. 3, 2012.
- ❷ Em entrevista, o representante brasileiro nessas negociações afirmou que, ao Paraguai, preocupavam as consequências da regularização migratória dos "brasiguaios" por meio do futuro Acordo. Ver: Alfonso, 2012, *Idem*.
- ❸ A esse respeito, ver a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Trabalho Escravo da Assembleia Legislativa do Estado, criada pelo Ato do Presidente No. 7, de 07 mar. 2014; o trabalho realizado pela organização não-governamental Repórter Brasil; e os casos de grande repercussão de trabalho escravo nas cadeias produtivas de empresas como Zara, M.Officer e Marisa.
- ❹ Atualmente, tramita um projeto de lei (PLS 399/2011) que simplifica a revalidação de diplomas de cursos presenciais de graduação, mestrado e doutorado expedidos por instituições de educação superior estrangeiras de excelência reconhecida pelo poder público brasileiro. O Projeto já foi aprovado no Senado e enviado para análise e aprovação à Câmara dos Deputados.
- ❺ Ver parecer do Conselho Nacional de Educação: CNE/CES Nº 106/2007.
- ❻ Ver: IPPDH. *La implementación de los Acuerdos del Mercosur relativos a la protección de los derechos de los niños, niñas y adolescentes migrantes*. Buenos Aires, 2012. Disponível em: <http://bit.ly/135vmdG>.
- ❼ Ver: Ventura, Deisy; Onuki, Janina; Medeiros, Marcelo *et alli*. Internalização das normas do MERCOSUL. *Série Pensando o Direito*, vol. 45. Brasília: Ministério da Justiça, 2012. Ver também: Sanchez-Badin, Michelle R. É possível pensar em sociedade civil no Mercosul? *Cena Internacional*. UnB, n. 9, 2007.
- ❽ Ver: Baraldi, Camila B. F.; Gainza, Patricia (orgs.). *Políticas migratorias e integración en América del Sur*. Realidad del acceso a derechos políticos, económicos, sociales y culturales de las personas migrantes. Lima: Punto Cero, 2013.
- ❾ Ver: Lima, Maria Regina Soares. Avanços, impasses e desafios da integração. In: Maringoni, Gilberto; Schutte, Giorgio Romano; Berron, Gonzalo (orgs.). *2003-2013: uma nova política externa*. Tubarão: Copiart, 2014.
- ❿ Ver: Baraldi, Camila; Ventura, Deisy. Políticas Migratórias e Tráfico de Pessoas: quando a árvore esconde a floresta. In: Anjos, Fernanda Alves dos *et al.* (orgs.) *Tráfico de pessoas: uma abordagem para os direitos humanos*. Brasília: Ministério da Justiça, 2013.



Camila B. F. Baraldi

Doutora pelo Instituto de
Relações Internacionais da USP
(IRI/USP).

INTEGRAÇÃO

Argentina e Brasil: ausência de uma agenda convergente

Dante Sica

Argentina e Brasil são os maiores sócios do Mercosul e possuem um longo histórico de relacionamento. Este artigo busca compreender as raízes da deterioração das relações bilaterais para pensar (im) possibilidades de convergência na agenda dos dois países.

Cristina Fernández de Kirchner assumiu a Presidência da Argentina pouco antes da crise internacional de 2008. Naquele dezembro de 2007, o modelo de crescimento impulsionado nos anos anteriores começava a dar os primeiros sinais de esgotamento.

As bases da expansão econômica que caracterizou o período pós-conversibilidade (2003-2007) se sustentavam nas margens macroeconômicas herdadas da crise e na desvalorização do peso ocorrida entre 2001 e 2002. Mais especificamente, o crescimento derivava da existência de uma ampla capacidade já instalada e dos baixos custos da mão de obra em dólares. Não por acaso, o lustro que coincide com a ascensão de Néstor Kirchner ao poder é marcado pelo alto crescimento e pelas baixas taxas de inflação. A manutenção de um câmbio competitivo para a indústria e de superávits nas áreas comercial e fiscal permitiu a criação genuína de emprego privado, ao mesmo tempo em que caía o endividamento público externo.

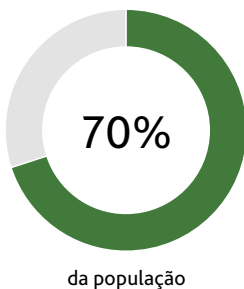
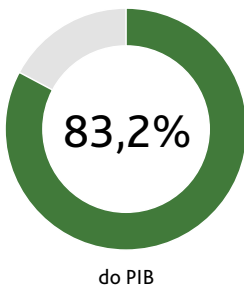
Em 2008, porém, começou a contração dessas margens. O aumento dos subsídios e a expansão das contratações pelo setor estatal pioraram as contas públicas. Diante dos problemas, o remédio encontrado aprofundou a situação. A expansão monetária impulsionada pelo governo de Cristina Kirchner acabou por acelerar o crescimento da inflação – o que afetou negativamente a competitividade industrial.

O setor externo, por sua vez, também emitia sinais de alerta. Impulsionadas pela recuperação econômica e pela reestruturação do setor industrial argentino, as importações cresceram rapidamente. As fábricas locais eram agora mais dependentes de bens de capital, componentes e insumos vindos de outros países. Tal saída de divisas, entretanto, era mais que compensada em termos absolutos, graças a um fluxo de exportações que se beneficiava do boom dos preços internacionais.

Com o passar do tempo, o persistente crescimento das importações a um ritmo superior àquele das vendas ao exterior abalou um pilar fundamental do modelo de crescimento argentino. Esse processo – explicado, entre outros fatores, pela deterioração da balança comercial energética – antecipava tempos difíceis, em que o governo já não poderia mais contar com os dólares vindos do exterior.

No âmbito regional, o Mercado Comum do Sul (Mercosul) enfrentava seus próprios problemas. Impulsionado pelas altas taxas de crescimento de seus membros, o comércio intrabloco mostrara grande dinamismo na primeira metade da década passada. Os desequilíbrios, porém, foram aprofundados nesse período. O persistente superávit brasileiro evidenciava as assimetrias existentes entre os países. No caso da Argentina, essa crescente penetração ameaçava os planos locais de industrialização, especialmente em setores considerados "sensíveis". Entre 2004 e 2007, tal situação resultou em uma série de conflitos bilaterais. Apesar das tensões, o estabelecimento de um sistema de monitoramento conjunto garantiu certo apaziguamento, em um equilíbrio que funcionou relativamente bem até a crise de 2008.

Na América do Sul, o Mercosul reúne



A fim de conter potenciais efeitos negativos sobre o processo de integração, os membros do Mercosul adotaram a questão das assimetrias como o principal tema da agenda interna do bloco. O governo argentino, em opinião compartilhada pelo Brasil, defendia a criação de cadeias regionais de valor, promovendo a aproximação entre as indústrias dos países da região. A realização de inúmeros estudos, porém, não foi traduzida em avanços práticos.

Além da assimetria interna, o Mercosul apresenta outro tema pendente: as relações exteriores do bloco. Várias frentes de negociação estavam abertas em 2007, sem que resultados favoráveis tivessem sido colhidos. Apesar da assinatura de alguns acordos pouco relevantes para o comércio extrabloco, discussões como o tratado com a União Europeia (UE) seguiam paralisadas.

A crise internacional expôs os inúmeros problemas que os desequilíbrios da economia argentina podiam desatar. A partir de 2008, a deterioração da conjuntura externa e a fuga de capitais do mundo em desenvolvimento provocaram uma situação cambial desfavorável. Com a desvalorização do real, tanto as autoridades quanto os empresários argentinos passaram a temer uma invasão de importações.

Do ponto de vista do governo, as restrições orçamentárias limitavam as opções de políticas anticíclicas e de apoio à indústria. A escassez de alternativas levou a Casa Rosada a impor medidas em distintos setores, com o objetivo de frear o ingresso de produtos estrangeiros e manter a competitividade doméstica. Tal estratégia levou à ampliação do alcance de vários instrumentos de controle sobre as importações, além da implementação de outros novos. Exemplos dessas ações incluem as licenças não automáticas, os direitos *antidumping* e os chamados "valores-critério", que se somaram ao monitoramento bilateral vigente à época. Não tardou muito até que a onda de protecionismo trouxesse conflitos: os últimos meses de 2009 testemunharam uma nova controvérsia, resultado dos fortes impactos das restrições sobre as vendas brasileiras à Argentina. A polêmica foi resolvida com a decisão de Brasília de adotar represálias semelhantes contra o país vizinho.

A saída da crise não significou uma reversão da política comercial. Embora alguns sintomas de esgotamento da economia local tenham sido escondidos pela instabilidade econômica mundial, a recuperação de 2010 voltou a revelar as debilidades do modelo de crescimento argentino. A consolidação do déficit energético colocou ainda mais pressão sobre a balança comercial do país, ao mesmo tempo em que a aceleração da inflação corroía a competitividade das exportações industriais. No decorrer de 2011, os instrumentos de controle às importações foram ampliados, alcançando seu estágio máximo em fevereiro de 2012, com a implementação da chamada Declaração Juramentada Antecipada de Importação (DJAI).

Apesar de ser um dos principais afetados pelos controles argentinos, o Brasil optou pela "paciência estratégica", postura que foi acompanhada por uma lenta retirada da Argentina da agenda de desenvolvimento impulsionada por Brasília. Preocupado com os problemas enfrentados por sua própria indústria, o governo brasileiro concentrou os esforços no plano Brasil Maior, cuja estrutura de incentivos claramente deixava de lado os sonhos de outrora de uma integração produtiva regional.

A política de manutenção do *status quo* do Brasil não era compartilhada, entretanto, por seu setor privado. A apreciação do real havia causado uma crise de competitividade e, sob tais condições, os empresários brasileiros não viam com bons olhos a perda de um dos principais mercados para produtos industriais. Da mesma forma, a Argentina e seu perfil de política comercial eram considerados os responsáveis pela paralisia da agenda externa do Mercosul.

Conjuntura e construção de uma agenda externa

Os argumentos apresentados até o momento mostram que, na última década, a Argentina não adotou uma estratégia externa clara, que significasse um distanciamento da esfera regional. Apesar dos inúmeros conflitos com o Brasil em matéria comercial, o governo argentino priorizou sustentar a relação bilateral. Houve, por exemplo, uma insistência no Mercosul como plataforma para a integração produtiva e a formação de cadeias regionais

O Brasil e o mercado
argentino em 2013

Importações:

US\$ 16,444 bilhões

Exportações:

US\$ 19,615 bilhões

Fonte: MDIC

de valor. Contrariando essas intenções, tanto os problemas estruturais do bloco quanto as conjunturas econômicas no Brasil e na Argentina levaram a resultados limitados.

Não apenas os conflitos bilaterais são culpados por essa paralisia. A chegada da crise ao Cone Sul constitui um ponto de inflexão relevante na relação bilateral. Para a Argentina, o fim da bonança significou o direcionamento de todos os esforços políticos ao terreno interno, abandonando quase que inteiramente qualquer projeto de inserção global ou regional. Embora Cristina Fernández de Kirchner tenha contribuído para o relançamento das negociações entre Mercosul e UE em 2010, pouco foi conseguido desde então. Potencializada pelas boas relações entre a Casa Rosada e o então primeiro-ministro da Espanha, José Luis Rodríguez Zapatero, a aproximação esbarrou nas urgências trazidas pela crise.

No plano doméstico, a escassez de divisas exigiu a busca por fontes de financiamento. A situação foi agravada após a decisão da justiça estadunidense de aceitar os argumentos dos detentores de títulos da dívida, que se recusavam a aderir aos planos de renegociação propostos pelo governo argentino. As tentativas de diálogo com o Brasil nos últimos meses buscavam justamente explorar possibilidades de obter os fundos que já não entravam por outros meios. No entanto, a conjuntura brasileira impediu que uma solução favorável fosse encontrada. Preocupações semelhantes motivaram a Argentina a assinar recentemente acordos estratégicos de investimento com a China.

Por sua vez, o crescente protecionismo argentino, as restrições sobre a remessa de lucros e a desaceleração do crescimento econômico na região levaram a um esfriamento da relação bilateral. A expectativa, porém, é de que o chamado "equilíbrio baixo" nas interações entre ambos os países se transforme no futuro. Em outras palavras, marcado pela ausência de confrontos e pela significativa deterioração dos canais de discussão, o cenário atual deve dar lugar a outro padrão no futuro. Tal mudança consiste em um importante desafio para a Argentina.

O estancamento experimentado pela economia do Brasil nos últimos anos provocou um giro nas opiniões sobre o modelo ideal de inserção externa do país. "Megaplanos", como o Brasil Maior, não bastaram para compensar a perda de competitividade da produção industrial. No setor privado brasileiro, consolidou-se a ideia de que é necessária uma política de relacionamentos externos mais aberta, permitindo ao país ganhar competitividade mediante a transferência de tecnologia e a inserção nas cadeias globais de valor. Nesse sentido, o renovado impulso da negociação entre Mercosul e UE em 2013 demonstra uma progressiva convergência entre tais opiniões e a ação do Estado.

Essa perspectiva, porém, propõe uma mudança radical para o Mercosul. Ao menos no plano retórico, a nova orientação entra em atrito com as políticas de proteção do mercado local promovidas pela Argentina nos últimos anos. Ao mesmo tempo, contradiz várias das iniciativas do próprio governo brasileiro. Não por acaso, a consolidação de tal enfoque na estratégia do Brasil transformaria a relativa apatia no relacionamento bilateral em um cenário marcado por duas visões opostas.

Justamente, essa possibilidade foi discutida nas últimas eleições presidenciais do Brasil. À primeira vista, o plano de governo de Dilma Rousseff prevê um avanço mais lento em direção à abertura, com uma tendência à unidade do Mercosul. O candidato da oposição, Aécio Neves, por sua vez, defendia uma agenda externa mais dinâmica, contemplando a flexibilização das normas do bloco regional para facilitar a assinatura de acordos com terceiros países. O resultado trazido pelas urnas não mudou algo importante: as ideias trazidas pela oposição estão instaladas em boa parte do setor industrial e da opinião pública. Dito de outra forma, apesar da reeleição de Dilma Rousseff, as pressões continuarão.

Qualquer mudança na orientação da política comercial do Brasil influenciará a tomada de decisões em Buenos Aires, dado que uma aceleração por parte do novo mandato de Dilma Rousseff obrigaria Cristina Fernández de Kirchner a incorporar à sua agenda temas que, hoje, estão encobertos por outras prioridades.

O Brasil é um parceiro fundamental, por seu peso na absorção das exportações argentinas, principalmente no setor automotivo. A flexibilização do Mercosul pode significar um passo em direção à desarticulação da tarifa externa comum (TEC) e, portanto, à transformação da atual união aduaneira em uma zona de livre comércio.

As consequências são previsíveis. A livre circulação de bens no interior do Mercosul seria ainda mais limitada, tendo em vista as exigências adicionais de requisitos de origem. Ademais – talvez o aspecto mais importante da mudança –, os beneficiários do comércio intrabloco passariam a competir em condições iguais com as importações vindas de outras partes do mundo. Em resumo, com o tempo, seria perdido o acesso preferencial hoje existente aos mercados dos vizinhos.

Para a Argentina, uma decisão fundamental diz respeito à estratégia comercial para os próximos anos. O país acompanhará o Brasil em uma eventual aceleração nas negociações de acordos internacionais com outros países ou blocos? Em grande medida, tal definição significará também a proposição de uma nova forma de relação bilateral. Questões relevantes incluem o formato que tomará o Mercosul caso se confirme o descompasso entre os ritmos de seus principais sócios. Também, cabe refletir sobre a possibilidade de consolidação de cadeias produtivas regionais no Cone Sul. Nesse quadro, atenção especial terá que ser dada a setores como o automotivo, cuja estrutura já se encontra organizada sob uma lógica regional.



Dante Sica

Diretor da consultoria abeceb.
com e ex-secretário de Indústria
e Mineração da Argentina.

COMPETITIVIDADE

Lições do desempenho das exportações brasileiras no mercado argentino

Honorio Kume

Diante da preocupação com a competitividade do produto brasileiro, este artigo analisa as exportações do Brasil no mercado argentino entre 2000 e 2013 e conclui que a política cambial constitui uma variável relevante para explicar esse desempenho.

A partir de 2010, quando a participação das exportações de produtos básicos do Brasil superou a parcela dos manufaturados – o que não ocorria desde 1979 –, intensificou-se a discussão sobre os fatores que afetam a competitividade dos produtos brasileiros no exterior. Nesse contexto, além dos fatores já conhecidos – como a política cambial, os problemas de infraestrutura (custos de transporte e energia) e de tributação (isenção apenas parcial dos impostos incidentes sobre os produtos exportados) –, acentuaram-se as críticas à política comercial. Em grande medida, as queixas concentram-se nas elevadas tarifas aduaneiras aplicadas sobre bens de capital e bens intermediários, bem como na necessidade de firmar novos tratados comerciais para ampliar o acesso aos principais mercados externos.

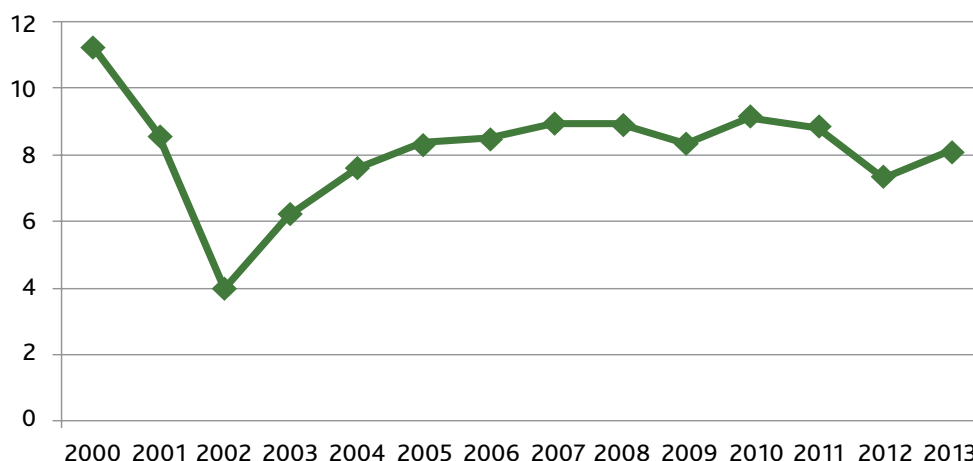
Atualmente, existe uma grande preocupação com a perda de competitividade do produto exportado nos principais mercados externos, devido aos acordos comerciais já em vigor e outros em negociação. O argumento central é que os bens dos países que assinam tratados de comércio passam a gozar de livre acesso ao mercado dos países sócios, enquanto os produtos brasileiros continuarão a sofrer a incidência das tarifas aduaneiras. Esse tratamento tarifário desfavorável tem contribuído para a perda de dinamismo das exportações brasileiras de manufaturados.

Diante desse quadro, o objetivo deste artigo é analisar, no período 2000-2013, o desempenho das exportações brasileiras no mercado argentino. Neste, o produto brasileiro desfruta de duas vantagens. Primeiramente, o tratamento preferencial decorrente do Mercado Comum do Sul (Mercosul), com base no qual os produtos brasileiros são isentos da aplicação de tarifas aduaneiras, em contraste com os demais competidores, que pagam a tarifa integral. A segunda diz respeito à localização geográfica, isto é, à curta distância que separa os principais portos de Brasil e Argentina, propiciando menores despesas de frete e seguro. Portanto, é razoável supor que, no mercado argentino, o Brasil tenha obtido um desempenho mais favorável no período analisado.

Para realizar tal avaliação, o Gráfico 1 apresenta a participação das exportações brasileiras destinadas ao mercado argentino no total das vendas externas do Brasil. De início, é possível notar que a parcela das exportações brasileiras cai de 11,3%, em 2000, para 3,9%, em 2002. Em grande medida, isso ocorre devido à queda na atividade econômica da Argentina, resultante do colapso do Plano de Conversibilidade. No entanto, a partir de 2003, com a recuperação da economia argentina, a participação brasileira aumenta gradualmente: atinge 9% em 2007 e mantém esse patamar nos anos seguintes, com pequenas oscilações – à exceção de 2012 e 2013, quando sofre uma pequena queda. Assim, desde 2007, o mercado argentino passou a consumir entre 8% e 9% das exportações brasileiras, mas sem retornar ao nível de 11,3% verificado em 2000.

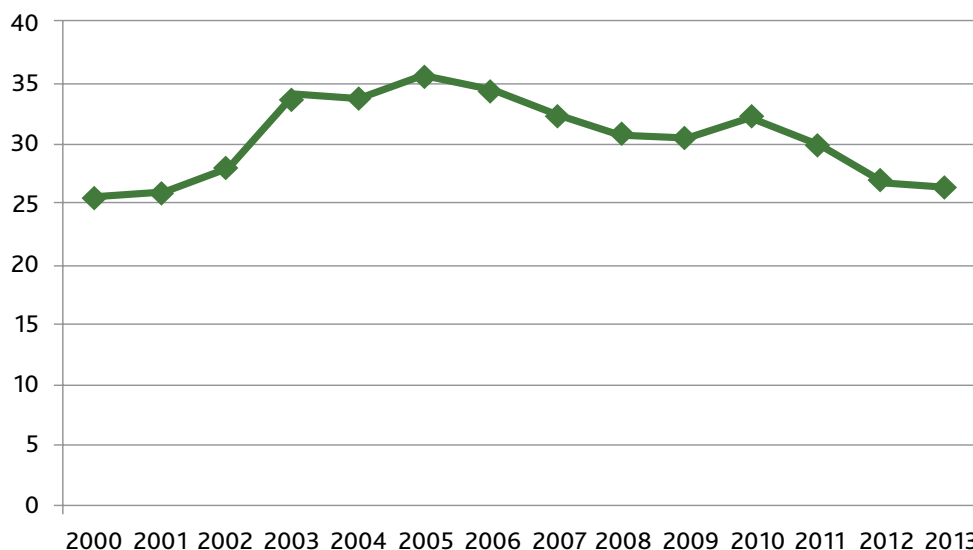
No entanto, um olhar para a participação brasileira nas importações totais da Argentina sugere um cenário menos favorável (ver Gráfico 2). Apesar do aumento da parcela brasileira de 25,5%, em 2000, para 35,5%, em 2005, os anos seguintes registraram uma tendência decrescente: alcançaram 26,4% em 2013, patamar um pouco acima do obtido em 2000.

Gráfico 1 - Participação das exportações brasileiras destinadas ao mercado argentino nas vendas externas totais do Brasil (%)



Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Sistema Aliceweb, Secex, MDIC.

Gráfico 2 - Participação do Brasil nas importações totais da Argentina (%)



Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Centro de Economía Internacional, Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto de la República Argentina, para o período 2000-2009. Para 2010-2013, os dados foram coletados em: Sistema Aliceweb, Secex, MDIC.

Portanto, os indicadores apresentados em ambos os gráficos não revelam uma trajetória favorável das exportações brasileiras destinadas ao mercado argentino, apesar das vantagens citadas anteriormente.

Para situar o desempenho do Brasil em meio aos demais países que exportam para a Argentina, a Tabela 1 indica a evolução da participação dos 10 principais países exportadores em 2000, 2005, 2010 e 2013. Nota-se que, entre 2000 e 2013, todos os países listados perdem participação nas importações argentinas, à exceção de Alemanha, Brasil e México. Notável é o ganho obtido pela China, cuja parcela nas importações argentinas passa de 4,6%, em 2000, para 15,4%, em 2013.

Apesar de ter apresentado, em 2013, uma participação próxima daquela registrada em 2000, o Brasil continua sendo o principal fornecedor externo no mercado argentino, permanecendo em primeiro lugar em todos os anos. A queda na parcela dos Estados Unidos é acentuada, passando de 18,9%, em 2000, para 10,9%, em 2013. Essa redução foi acompanhada da passagem dos Estados Unidos, a partir de 2010, da segunda para a terceira posição entre os principais exportadores. Por sua vez, as exportações da China registraram um aumento significativo em sua participação no mercado argentino: de 4,7% em 2005 para 13,6% em 2010, passando da terceira à segunda posição entre os principais exportadores.

Tabela 1 – Participação e posição dos 10 principais países exportadores no mercado argentino, anos selecionados

País	2000		2005		2010		2013	
	(%)	Posição	(%)	Posição	(%)	Posição	(%)	Posição
Brasil	25,6	1	37,0	1	31,6	1	26,0	1
EUA	18,9	2	15,8	2	10,8	3	10,9	3
Alemanha	5,0	3	4,7	4	5,7	4	5,3	4
China	4,6	4	5,3	3	13,6	2	15,4	2
Itália	4,0	5	2,7	5	2,3	8	2,3	10
Japão	4,0	6	1,9	12	2,1	9	2,1	11
França	3,9	7	2,5	8	2,7	7	2,8	6
Espanha	3,6	8	2,2	10	1,8	10	1,9	12
Chile	2,4	9	2,3	9	1,6	12	1,3	16
México	2,3	10	2,6	7	3,2	6	2,9	5

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados de UN Comtrade.

A princípio, o aumento da participação chinesa nas importações argentinas deve ter deslocado os demais países exportadores, principalmente aqueles que vendem produtos manufaturados intensivos em mão de obra – como é o caso do Brasil. De fato, as exportações brasileiras para a Argentina são muito mais concentradas em produtos manufaturados, atingindo 88,2%, em 2013 – conforme ilustrado pela Tabela 2, que apresenta os bens agrupados nos códigos 5 a 8 da Classificação Uniforme de Comércio Internacional (CUCI). Por outro lado, a participação desses produtos é de apenas 36,4% nas exportações totais.

Tabela 2 – Composição das exportações brasileiras para a Argentina e total (%) em 2013, por setor da CUCI

CUCI	Descrição	Argentina	Total
A	Produtos agrícolas e extrativos e seus derivados		
0	Alimentos e animais vivos	2,2	22,3
1	Bebidas e fumo	0,3	1,4
2	Matérias-primas não comestíveis	6,6	28,8
3	Óleos minerais e lubrificantes	2,6	7,4
4	Óleos animal e vegetal, gorduras e graxas	0,0	0,7
	Subtotal	11,7	60,5
B	Produtos manufaturados		
5	Químicos	10,8	5,9
6	Manufaturados classificados por origem da matéria-prima	14,0	10,3
7	Máquinas e equipamentos de transporte	60,2	18,3
8	Outros	3,3	1,9
	Subtotal	88,2	36,4
9	Produtos não classificados	0,1	3,1
	Total	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados de UN Comtrade.

A Tabela 3 apresenta a participação brasileira nas importações argentinas por setor da CUCI nos anos selecionados. Nota-se que, em 2005, a parcela brasileira aumenta em todos os setores. A partir de então, começa a diminuir – à exceção de matérias-primas não comestíveis em 2010, e de bebidas e fumo em 2013.

Tabela 3 – Participação das importações originárias do Brasil nas importações totais da Argentina (%), por setor da CUCI e anos selecionados

CUCI	Descrição	2000	2005	2010	2013
0	Alimentos e animais vivos	40,6	49,7	42,5	31,8
1	Bebidas e fumo	14,3	30,2	28,8	35,9
2	Matérias-primas não comestíveis	44,9	56,2	58,4	56,5
3	Óleos minerais e lubrificantes	6,6	16,2	9,5	3,4
4	Óleos animal e vegetal, gorduras e graxas	13,5	17,9	13,3	5,6
5	Produtos químicos	19,3	28,5	22,0	17,6
6	Manufaturados classificados por origem da matéria-prima	37,6	45,0	40,4	37,5
7	Máquinas e equipamentos de transporte	25,0	40,9	36,7	33,6
8	Outros artigos manufaturados	19,7	22,6	17,5	14,6
9	Bens não classificados	0,0	0,0	0,0	0,0
	Total	25,6	38,9	31,6	26,0

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados de UN Comtrade.

O aumento generalizado da participação brasileira nas importações argentinas em 2005, e as quedas registradas em 2010 e 2013 podem ser explicadas pela política cambial. Segundo estimativas disponíveis no IPEADATA, no período 2000-2005, o índice da taxa de câmbio real da moeda brasileira em relação a uma cesta de moedas atinge 123, em contraste com o índice de 89 no período 2005-2010 – o que corresponde a uma valorização de 28% – e de 84 no período 2010-2013. Assim, uma taxa de câmbio mais desvalorizada ampliou a parcela do Brasil no mercado argentino em 2005, enquanto os outros principais exportadores apresentaram uma queda – exceto China e México. Em 2010 e 2013, a forte valorização real da moeda brasileira prejudicou as exportações.

A importância de uma taxa de câmbio desvalorizada pode ser destacada pelo aumento da parcela brasileira nas importações argentinas de bens de capital: de 16,8%, em 2000, para 26,9%, em 2005, diante da tarifa nula aplicada pelo governo argentino para todos os exportadores – ou seja, os bens de capital produzidos no Brasil ganharam competitividade mesmo sem tarifa preferencial.

Em resumo, o desempenho das exportações brasileiras no mercado argentino no período 2000-2013, em que desfruta de uma tarifa preferencial plena e menor custo de transporte em relação aos demais países competidores, está associada à taxa de câmbio real.

Diante da forte competitividade da China em produtos manufaturados, é possível que uma taxa de câmbio mais desvalorizada não seja suficiente para evitar a perda brasileira no mercado argentino. Mas esta certamente seria menor.

Esse resultado indica que, para propiciar um maior dinamismo nas exportações brasileiras de manufaturados, é necessário uma política de exportação abrangente, que priorize inicialmente o papel da política cambial. Medidas isoladas, tais como novos acordos comerciais e reformas estruturais podem não ser suficientes, ainda que sejam importantes.



Honório Kume

Professor associado da Faculdade de Ciências Econômicas da UERJ.
E-mail: honorio.kume@gmail.com

Informações úteis

ONU abre vagas para programa de capacitação

A Missão do Brasil junto à Organização das Nações Unidas (ONU) está com inscrições abertas para o processo de seleção de seu programa de capacitação acadêmica. O projeto dedica-se a estudantes de Graduação ou Pós-Graduação na área de Ciências Sociais e Humanas. Em cada ciclo, são oferecidas vagas em áreas como: direitos humanos, desenvolvimento sustentável e assuntos econômicos e financeiros. Os participantes do programa acompanham os trabalhos regulares da Missão em sua respectiva área de concentração, sob a supervisão de um diplomata. As atividades incluem: participar de reuniões, elaborar relatórios e assessorar o funcionário responsável pelo tema. O programa possui três meses de duração e exige dedicação exclusiva. O trabalho não é remunerado: cabe ao estudante arcar integralmente com os custos de estadia e moradia em Nova York. O processo de seleção para o período fevereiro-abril de 2015 receberá candidaturas até 21 de dezembro. Os interessados devem enviar currículo, carta de motivação e carta de recomendação de professor ou empregador para o e-mail: <luis.marques@itamaraty.gov.br>.

OMPI e ILA realizam seminário sobre propriedade intelectual

A Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), em parceria com a Associação Internacional de Direito (ILA, sigla em inglês), promoverá, em 16 de janeiro de 2015, o "Seminário sobre Propriedade Intelectual & Direito Internacional Privado". O evento ocorrerá na sede da OMPI, em Genebra (Suíça). O programa provisório do Seminário já está disponível [aqui](#).

ILA e ASIL promovem fórum de pesquisa sobre Ásia-Pacífico

A Associação Internacional de Direito (ILA, sigla em inglês), em parceria com a Sociedade Americana de Direito Internacional (ASIL, sigla em inglês), está organizando o Fórum de Pesquisa sobre a Ásia-Pacífico 2015. Estruturado com base no tema "Integrando a Ásia-Pacífico: por que o direito internacional importa?", o evento reunirá acadêmicos, negociadores e formuladores de política para debater temas de direito internacional e transnacional pertinentes à região da Ásia-Pacífico. Os interessados em participar devem enviar suas propostas de trabalho até 20 de janeiro de 2015. O evento ocorrerá em 25 e 26 de maio de 2015, em Taipei (Taiwan). Acesse mais informações [aqui](#).

FLACSO realiza congresso de Ciências Sociais em Quito

A Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO) promoverá, de 26 a 28 de agosto de 2015, o III Congresso Latino-americano e Caribenho de Ciências Sociais. O evento será realizado em Quito (Equador) e já está com inscrições abertas para painéis e trabalhos avulsos. O Congresso tem por objetivo reunir estudantes, pesquisadores e professores de diversas partes do mundo para discutir questões de relevância para a América Latina. Entre os eixos temáticos, destacam-se aqueles de "Desenvolvimento, Meio Ambiente e Território"; "Estudos Internacionais e Comunicação"; e "Assuntos Públicos". Os prazos estendem-se até 16 de fevereiro. Para saber mais informações, clique [aqui](#).

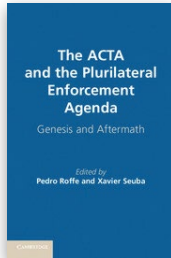
Editora busca pesquisadores brasileiros para publicar nos Estados Unidos

A editora Global South Press, sediada em Washington, D.C. (Estados Unidos), está buscando aumentar seu catálogo de livros impressos e *e-books* de autoria de pesquisadores de países emergentes. A editora oferece consultoria para o autor definir o formato mais adequado – impresso ou eletrônico – à sua obra. Os serviços incluem o selo editorial da Global South Press, *International Standard Book Number* (ISBN), código de barras, *design* da capa, revisão antiplágio, despesas de copyright e demais formalidades. Em um primeiro momento, a editora priorizará trabalhos nas áreas de Economia, Finanças, Meio Ambiente, Política Pública e Política Social, Relações Internacionais, Direito e Ciências Sociais. Para mais informações, clique [aqui](#) ou escreva para: christian@globalsouthpress.com.

Unilasalle sediará congresso internacional de Direito

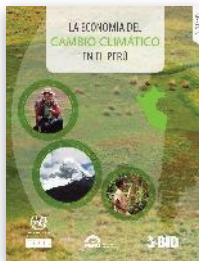
Entre 5 e 8 de maio de 2015, a Unilasalle realizará, em Canoas (RS), o Congresso Mundial de Sociologia de Direito. O evento reunirá professores e pesquisadores de instituições nacionais e internacionais para debater o tema "A sociologia do Direito em movimento: perspectivas da América Latina". Informações adicionais podem ser obtidas [aqui](#) ou com Raffaella Buratto, por telefone (51-3388-4944) ou e-mail (faleconosco@gweventos.com.br).

Publicações



ACTA e a agenda plurilateral de aplicação: gênese e consequências ICTSD – dezembro 2014

O Acordo de Comércio Antifalsificação (ACTA, sigla em inglês) é o esforço mais importante no estabelecimento de um quadro jurídico multilateral para a aplicação dos direitos de propriedade intelectual. Este estudo foi elaborado com o intuito de aprofundar o conhecimento sobre as origens do Acordo, o processo que levou à sua conclusão e suas implicações para a formulação de leis acerca desse tema. Trata-se de uma análise abrangente do ACTA, que compreende as relações do acordo com as iniciativas para a melhoria da proteção à propriedade intelectual e com as normas e regimes jurídicos internacionais. Para adquirir o volume, clique [aqui](#).



A economia da mudança climática no Peru CEPAL – dezembro 2014

O estudo analisa como a mudança climática afetaria a atividade econômica peruana, avaliando as potenciais alterações na disponibilidade dos recursos naturais e nas atividades produtivas mais sensíveis às transformações do clima – como agricultura, pecuária andina e mineração – tanto em seus aspectos materiais como sociais. Também, o documento debruça-se sobre os setores transversais, principalmente infraestrutura e saúde, que são condicionantes do desempenho produtivo. Por fim, o estudo identifica as opções de adaptação e políticas de mitigação que contribuam para o desenvolvimento sustentável do país. Para acessar o relatório, clique [aqui](#).



Agricultura de baixo-carbono no Brasil: o impacto ambiental e comercial das atuais políticas agrícolas ICTSD – dezembro 2014

Este documento examina as atuais políticas climáticas do Brasil na área agrícola, com especial atenção às formas com que tais medidas podem afetar o comércio e ao êxito que têm obtido na consecução de objetivos mais amplos de políticas públicas – reduzir as emissões de gases-estufa, por exemplo. Este estudo é parte de um projeto mais amplo do International Centre for Trade and Sustainable Development (ICTSD), que explora como as políticas nacionais do setor empregadas pelas principais potências agrícolas se relacionam a marcos regulatórios globais e a metas de desenvolvimento sustentável. Para a versão em inglês da publicação, clique [aqui](#).



Quem fica com o valor das cadeias globais de valor? Implicações de alto nível para a Organização Mundial do Comércio ICTSD – dezembro 2014

Nos últimos anos, o conceito de cadeias globais de valor (CGV) surgiu como um fator relevante na análise e formulação de políticas comerciais. Sua importância analítica atraiu a atenção dos negociadores internacionais, principalmente daqueles envolvidos nos temas recorrentes no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC). Porém, as perspectivas sobre os impactos da CGV no desenvolvimento econômico variam substancialmente: a opinião especializada divide-se quanto à inclusão da narrativa das cadeias de valor nas negociações em curso na OMC. Neste artigo, os autores argumentam que os países que desejam incorporar a temática das CGV em suas negociações devem ser livres para fazê-lo, sem prejuízo substancial à política comercial daqueles que não possuem esse interesse. Para acessar o artigo, clique [aqui](#).



Impactos da adoção e implementação do Protocolo de Nagoia para a indústria brasileira

CNI – maio 2014

O estudo da Confederação Nacional das Indústrias (CNI) identifica e analisa os possíveis impactos – negativos e positivos – da implantação do Protocolo de Nagoia, com foco na competitividade dos setores da indústria brasileira que utilizam o patrimônio genético da biodiversidade nacional e também de outros países. O estudo aponta os principais impactos econômicos que podem ocorrer em função de diferentes desdobramentos do Protocolo de Nagoia sobre as legislações nacionais. Para acessar o documento, clique [aqui](#).



Balanço 2014 e perspectivas 2015 para o agronegócio brasileiro

CNA – dezembro 2014

Em 2014, o Brasil conquistou seu lugar na lista dos dez maiores produtores e exportadores mundiais de grãos e carnes. O país investe cada vez mais em tecnologia e consegue produzir mais, melhor e em menores porções de terra. Em relação ao cenário mundial, as estimativas da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) também continuam positivas para as *commodities* brasileiras, já que alguns concorrentes tradicionais, como Austrália e Estados Unidos, têm apresentado dificuldades em sua oferta. Para acessar o relatório, clique [aqui](#).



Índice de Competitividade das Nações

FIESP – novembro 2014

Elaborado anualmente pelo Departamento de Competitividade e Tecnologia (DECOMTEC) da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), o Índice de Competitividade das Nações identifica os principais avanços e restrições ao crescimento da competitividade brasileira. A pesquisa separa 43 países nos seguintes quadrantes: competitividade elevada, satisfatória, média e baixa. O Brasil encontra-se no grupo de baixa competitividade, ocupando a 39ª posição no *ranking*. Para acessar o estudo na íntegra, clique [aqui](#).



Criando Coalizões para a Indústria de Serviços

ITC – outubro 2014

O Centro para o Comércio Internacional (ITC, sigla em inglês) lançou um guia que auxilia os países a incrementar suas oportunidades no comércio de serviços, por meio da criação de coalizões industriais. O conteúdo do guia baseia-se em trabalhos anteriores do ITC que analisaram a presença de 26 coalizões de serviços ao redor do mundo. O documento também conta com estudos de casos selecionados que podem contribuir para a construção de políticas públicas direcionadas. O lançamento oficial do documento ocorreu na Tanzânia, em 1º de dezembro de 2014. Para acessar o guia, clique [aqui](#).



Relatório de Desenvolvimento Mundial 2015

Banco Mundial – dezembro 2014

O informe do Banco Mundial sobre desenvolvimento contém novas lições sobre a maneira com que as pessoas tomam decisões e, ao mesmo tempo, proporciona um marco conceitual para auxiliar os profissionais do desenvolvimento e os governos a aplicar tais ideias às políticas públicas. As análises do relatório sugerem que a pobreza afeta negativamente a habilidade cognitiva, o que dificulta que os indivíduos mais pobres pensem de maneira deliberativa, especialmente em tempos de dificuldade e *stress*. A publicação está disponível em português, além de outros idiomas. Para acessar o relatório, clique [aqui](#).

EXPLORE O MUNDO DO COMÉRCIO E DO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL POR MEIO DA REDE BRIDGES DO ICTSD

PUENTES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque na América Latina e no Caribe - Publicação em espanhol
www.ictsd.org/news/puentes

BIORES

Informações e análises sobre comércio e meio ambiente
Enfoque internacional - Publicação em inglês
www.ictsd.org/news/biores

BRIDGES

Informações sobre comércio sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável
Enfoque internacional - Publicação em inglês
www.ictsd.org/news/bridges

桥

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque internacional - Publicação em chinês
www.ictsd.org/news/qiao

МОСТЫ

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque nos países da CEI - Publicação em russo
www.ictsd.org/news/bridgesrussian

BRIDGES AFRICA

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque na África - Publicação em inglês
www.ictsd.org/news/bridges-africa

PASSERELLES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque nos países francófonos da África - Publicação em francês
www.ictsd.org/news/passerelles



International Centre for Trade and Sustainable Development

Chemin de Balexert 7-9
1219 Geneva, Switzerland
+41-22-917-8492
www.ictsd.org

A produção de PONTES tem sido possível
graças ao apoio generoso de:

**DFID - Departamento do Reino Unido para
o Desenvolvimento Internacional**

**SIDA - Agência Sueca de Desenvolvimento
Internacional**

**DGIS - Ministério de Relações Exteriores
da Holanda**

**Ministério de Relações Exteriores da
Dinamarca**

**Ministério de Relações Exteriores da
Finlândia**

**Ministério de Relações Exteriores da
Noruega**

O PONTES também beneficia de
contribuições de especialistas na área
de comércio e desenvolvimento sustentável
na forma de artigos.

O PONTES recebe propostas de publicidade
ou de patrocínio que contribuam para a
redução de seus custos de publicação e que
ampliem o acesso aos seus leitores.
A aceitação de tais propostas fica a critério
dos editores.

As opiniões expressadas nos artigos
publicados no PONTES são exclusivamente
dos autores e não refletem necessariamente
as opiniões do ICTSD.



Creative Commons Attribution-
NonCommercial-NoDerivatives 4.0
International [License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/).

Preço: €10.00
ISSN 1996-9198

